

---

----- **MANDATO 2013-2017** -----

----- **DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA** -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E OITO** -----

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na sua Sede, sita na Rua Morais Soares, nº32, em Sessão Ordinária, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário em exercício, João Carlos Ventura Ramos, e pelo Segundo Secretário em exercício, António Neira Nunes. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Celeste Júlia Ferreira Alves, Elsa Maria Noura do Sacramento, Filipe Duarte dos Santos Marques, Fernando Trabulo Marques, Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Carla Marina de Jesus Ferreira, Maria de Lurdes Dionísio Duarte Borges, Maria José da Silva Vargas, Carlos Alberto Marques Tibúrcio, Pedro Filipe Soares Coelho de Júdice Samora, Daniel Alexandre Machado de Oliveira, António de Lemos Manuel, Hugo Pereira Evangelista e Luís Manuel Dias da Silva Costa Matias. -----

Constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia declarou aberta a reunião. -----

----- **PONTO NÚMERO UM** -----

----- ***– Intervenção do Público*** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia iniciou os trabalhos agradecendo à Senhora Presidente da Junta a oferta do pin com o novo brasão da Freguesia. -----

Informou a Assembleia sobre a renúncia de mandato do Membro do PCP Ana Rita dos Santos Penim, tomando posse como Membro efetivo da Assembleia de Freguesia o Membro do PCP Pedro Filipe Soares Coelho de Júdice Samora. -----

Indicou que haviam duas inscrições do público para intervir, lembrando os mesmos que o seu período de intervenção não poderia exceder os cinco minutos. -----

Deu a palavra ao Senhor Henrique Jesus Batista, morador na Avenida Morais Soares, cujo assunto indicado era uma petição de reformados. -----

---

**O Senhor Henrique Jesus Batista** indicou que era mandatário dos reformados da Praça Paiva Couceiro, informando que, no seguimento de uma reunião com a Senhora Presidente da Junta, tinha deixado uma petição assinada pelos reformados, sem que tenha resposta à mesma até à data. Nesse sentido gostaria de obter uma resposta e um ponto de situação sobre a mesma. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** deu, de seguida, a palavra ao Senhor Jorge Neves, morador na Rua da Penha de França, que tinha diversos assuntos a expor. -

O Senhor **Jorge Neves** referiu questões relacionadas com os atrasos nas obras e abertura da Piscina e sobre o elevado preçário de utilização. Indicou, também, situações sobre o pagamento adiantado sem que a mesma se encontrasse aberta e sobre a obrigatoriedade do pagamento de uma cota a um Clube que nem pertence à Freguesia. --

Indicou que estava inscrito no passeio a Roma, mas que lamentava que o seu horário de trabalho não o permitisse efetuar o pagamento do mesmo dentro do horário indicado, e somente em dinheiro, situação que considerava lamentável para os fregueses mais idosos. -----

Relativamente às obras na Avenida General Roçadas, referiu que apesar do recente alcatroamento, os buracos junto à Escola Nuno Gonçalves ainda continuavam por arranjar. Lamentou ainda que tenham iniciado as obras na Praça Paiva Couceiro sem antes terem terminado as obras na Avenida General Roçadas. Acusou de se tratarem meramente de medidas eleitoralistas. -----

Solicitou informação sobre o destino das verbas da venda da roupa colocada nos contentores da H Sarah Trading, sabendo que parte dela estava alocada à alimentação solidária de animais, havendo, no entanto, pessoas a passar fome na Freguesia. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** informou o Senhor Jorge Neves de que o tempo de intervenção tinha terminado. -----

O Senhor **Jorge Neves** terminou a sua intervenção informando sobre a existência de um candeeiro na Rua Artur Paiva, que impedia a circulação de carrinhos de bebé no passeio. -----

---

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* agradeceu as intervenções e deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia para prestar os devidos esclarecimentos. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Ana Sofia Dias*, confirmou a reunião com o Senhor Henrique Batista, tendo o senhor sido recebido, posteriormente, pela Chefe de Divisão da Gestão Territorial, tendo-lhe sido explicado que tinha sido feitos contactos com a Unidade de Intervenção Territorial, da Câmara Municipal de Lisboa, e que já estava em curso o projeto de construção do parque infantil na Praça Paiva Couceiro, tendo sido achado mais prudente ponderar sobre a colocação do toldo de abrigo apenas após a finalização da construção do parque. Tendo isso em conta, estavam ainda dentro dos tempos indicados, uma vez que a obra do Parque Infantil tinha terminado recentemente, pelo que já seria possível voltar a contactar a Câmara Municipal, mas como tinha, também, sido indicado na reunião, a Câmara não era muito favorável à colocação do mesmo. Indicou que quando tivesse mais informações sobre o assunto que informava. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Jorge Neves, e nomeadamente relativamente à Piscina, informou que a piscina tinha encerrado em 2011 devido a problemas de fugas de água na cuba. Tendo em conta que a situação económica da Câmara Municipal de Lisboa, na altura, não era de molde a que fosse possível efetuar a obra que era necessária e por outro lado havia uma promessa da CML ao Clube de Natação de São João de Brito de que lhes seria atribuída uma piscina, sendo que o mesmo é um Clube de natação de âmbito nacional e internacional. Nesse âmbito, a CML decidiu concessionar a gestão da piscina ao Clube e encarregá-lo de fazer as obras necessárias. Quase em simultâneo deu-se a Reforma Administrativa de Lisboa, e a Junta passou a integrar o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, como parceira, encontrando-se o Clube como responsável pelas obras, a Câmara como dona do equipamento e a Junta como gestora do equipamento, há semelhança de outros exemplos na Cidade. -----

O que torna a Piscina da Penha de França em um caso único, em comparação a outras Piscinas cujas obras estiveram a cargo de privados, foi a impossibilidade de

---

expansão e colocação de parque de estacionamento – o que as tornava economicamente rentáveis – tendo em conta a sua localização. -----

Presentemente havia um diferendo entre o dono da obra – o Clube Estrelas de São João de Brito – e a empresa que está a realizar a obra, não estando a Junta envolvida no processo. A situação desencadeou-se em dezembro após a verificação da existência de fugas de água levando ao desentendimento entre o Clube e o empreiteiro. A empresa não corrige os erros detetados porque o Clube não paga e, por sua vez, o Clube não paga porque a empresa não corrige os erros detetados. Foi neste contexto que a CML dialogou com a Junta com o intuito de encontrar uma solução para a situação. No momento havia a possibilidade de a CML voltar a ser a dona da obra, entregando, posteriormente, a gestão ao Clube, por um período de três anos, com avaliação anual, sem que haja ainda a certeza da aceitação, por parte do Clube, desta possibilidade. -----

Relativamente ao pagamento do passeio a Roma, indicou que a situação teve a ver com um mais simples controlo de pagamento, indicando a existência de uma máquina multibanco à entrada a Sede. -----

Relativamente às obras na Praça Paiva Couceiro e na Avenida General Roçadas, informou que eram obras diferentes, com fins diferentes, mas todas com o mesmo intuito de resolver problemas de sinistralidade. Indicou que não se tratava de eleitoralismo, mas tratava-se sim da resolução de problemas que já tinham provocado vários atropelamentos e causado a morte a várias pessoas, e tinha sido essa a razão pela qual a CML tinha decidido efetuar a obra apesar de ter outra a decorrer. -----

Indicou que tinha tomado nota do candeeiro da Rua Artur Paiva. -----

Relativamente aos donativos de roupa, referiu que se tratavam de duas situações distintas: uma delas dizia respeito a roupa reutilizável e a outra dizia respeito a roupa em fim de vida. Explicou que era parte da verba obtida da reciclagem da roupa em fim de vida que revertia a favor da Bolsa Animal Solidária. Quanto à outra roupa, indicou que já tinham sido prestados vários esclarecimentos anteriormente. -----

---

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

----- **– Atas nº25 e nº26** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação as Atas nº25 e nº26, referentes à 14ª Sessão Ordinária, da sua primeira reunião, em 16/12/2016, e da sua segunda reunião, em 21/12/2016. -----

– **Ata Número Vinte e Cinco**, da Primeira Reunião da Décima Quarta Sessão Ordinária, de 16 de dezembro de 2016 -----

– *Aprovada por Unanimidade - com os votos favoráveis de todos os Membros presentes na referida Reunião* -----

– **Ata Número Vinte e Seis**, da Segunda Reunião da Décima Quarta Sessão Ordinária, de 21 de dezembro de 2016 -----

– *Aprovada por Unanimidade - com os votos favoráveis de todos os Membros presentes na referida Reunião* -----

----- **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

----- **– Período Antes da Ordem do Dia** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que tinham sido apresentados, para este Ponto, um Voto de Pesar, proposto pela Junta de Freguesia, um Voto de Saudação à Revolução de 25 de Abril, proposto pelo PCP, e uma Moção, também proposta pelo PCP. -----

– **Voto de Pesar**, pelo falecimento de António Riço Calado, apresentado pela Junta de Freguesia: -----

*“Nascido em Elvas em 1936, António Riço Calado, residente na Freguesia da Penha de França e com uma vida dedicada à política e à ajuda às pessoas com deficiência, morreu no passado dia 8 de abril.* -----

*O seu ativismo político começou cedo, tendo passado pela prisão durante a ditadura. Um militar conhecido do seu pai conseguiu que a estada na cadeia fosse curta, tendo fugido para França, país que acolheu muitos críticos do regime de Oliveira Salazar.* -----

*Em 1974, quando chegou a Revolução, António Riço Calado inscreve-se no PS. Foi candidato a deputado nas primeiras eleições livres realizadas em Portugal, a 25 de*

---

*abril de 1975, de onde saíram os homens e as mulheres que tomaram assento na Assembleia Constituinte. -----*

*Não fez parte do grupo que inicialmente tomou posse, mas menos de dois meses depois foi substituir um camarada. Ali esteve até à aprovação da Constituição da República, a 2 de abril de 1976, e passou por momentos marcantes como o cerco à Assembleia, a 13 de novembro de 1975, quando operários da construção civil impediram a saída dos deputados durante dois dias. -----*

*A 25 de abril de 1976 foi eleito para outro Parlamento histórico: a primeira Assembleia Legislativa. Permaneceu como deputado até às eleições intercalares de 1979. -----*

*A participação de Riço Calado na História de Portugal não se ficou por aqui. Foi o primeiro presidente da Câmara de Loures eleito em democracia, onde esteve entre 1977 e 1980, quando o Município mudou de mãos. Lidou, nesses tempos, com a difícil situação dos retornados das antigas colónias. Casos dramáticos que nunca deixaram de o emocionar. -----*

*Agora, na hora da sua morte, aquela autarquia homenageou-o com dois dias de luto municipal. -----*

*Formado em Engenharia Técnica Agrária, em 1980 entrou no Ministério da Agricultura. Mais tarde dedicou-se às pessoas com deficiências, dirigindo o Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão, que procura dar respostas e qualificações profissionais a estes cidadãos. Esteve também ligado à Associação dos Cegos e Amblíopes e foi Presidente da Associação para a Integração de Pessoas com Necessidades Especiais (AIPNE). -----*

*No ano passado, António Riço Calado e os antigos constituintes foram homenageados numa sessão realizada a 14 de abril, tendo recebido o título de deputados honorários das mãos do Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues. -----*

*Era pai de sete filhos. -----*

---

*Pelo exposto, a Junta de Freguesia, reunida a 12 de abril de 2017, propõe que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na sua sessão ordinária de 28 de abril de 2017, delibere o seguinte: -----*

*1 - Apresentar à família de António Riço Calado e amigos as mais sentidas condolências; -----*

*2 - Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem.” -----*

*– **Aprovado por Unanimidade** -----*

*– Foi cumprido um minuto de silêncio -----*

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, congratulou o Executivo pelo pin com o novo Brasão da Freguesia e pela implementação da aplicação IPenha, através da qual se poderia reportar situações no espaço público. -----

Questionou se havia algum apoio aos cidadãos infoexcluídos relativamente ao reportar de situações abrangidas pelo IPenha. -----

Alertou para a existência de um buraco na Rua Cesário Verde, logo após o alcatroamento e pintura da estrada. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, indicou que, com a existência de um novo brasão tinha sido produzido algum material heráldico e que o Executivo tinha achado por bem ofertar o pin aos Membros da Assembleia de Freguesia. -----

Indicou que o projeto IPenha tinha também um número telefónico publicitado conjuntamente para que todos possam ter acesso. -----

Relativamente ao buraco da Rua Cesário Verde, informou que já tinha sido solicitada a intervenção da CML, por várias vezes, tendo recebido naquele mesmo dia a informação de estaria agendada a sua reparação no próximo dia 2 de maio, havendo, no entanto, a necessidade de uma intervenção de fundo que resolvesse as questões de saneamento na colina da Penha de França. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, agradeceu o tempo cedido pelo PSD para que pudesse voltar a intervir, e informou o Senhor Henrique Batista de que ele não representava Partido Políticos, mas sim os fregueses da Penha de França. -----

Referiu que a Rua Cesário Verde tinha sido intervencionada inicialmente precisamente por problemas de saneamento. -----

---

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, informou que eram necessárias intervenções de fundo a nível do saneamento em toda a área da colina, começando na Rua Castelo Branco Saraiva, onde haviam infiltrações, que provocavam os inúmeros abatimentos, e que ainda não tinham sofrido qualquer intervenção. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, relativamente à Piscina, indicou que com o revelar de toda a atual situação a questão tinha-se tornado ainda mais grave. Questionou se a CML estaria a pagar duas vezes pela mesma obra: uma primeira em que o Clube não supervisionou convenientemente a obra e agora uma segunda. O BE achava escabroso que o Clube alegasse que não podia fazer mais uma vez que a Piscina não dava lucro. Questionou onde estaria o sentido de serviço público, uma vez que a Piscina era um bem comum e importante para todos. Outra questão dúbia, e já anteriormente indicada, estava relacionada com o pagamento prévio das inscrições ao Clube sem que houvesse um usufruto, e a obrigatoriedade de os utentes se tornarem associados do Clube para que pudessem usufruir do espaço da Piscina. A Junta de Freguesia tinha dado como garantia, numa sessão anterior, de que esta situação não iria acontecer. -----

Questionou, na opinião do Executivo, se a gestão da Piscina não deveria ser entregue à Junta no lugar de uma Associação. Questionou se a gestão entregue à Junta e/ou à CML não resultaria numa melhor prestação de um serviço público. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, em resposta ao Membro do BE, indicou que, na sua opinião, a gestão da piscina devia, desde o início, ter sido atribuída à Junta, via Delegação de Competências da CML. Esclareceu que à data do fecho da piscina, em 2011, a CML não tinha condições económicas para realizar a obra. Sendo a piscina um equipamento municipal, e havendo a dita promessa ao Estrelas de São João de Brito, era irrelevante se o Clube fazia, ou não, parte da Freguesia. Com a Reforma Administrativa de Lisboa a questão torna-se mais premente, passando grande parte das Piscinas Municipais para a gestão das respetivas Juntas de Freguesia. -----

Referiu que seria ideal que a gestão da Piscina passasse para a responsabilidade da Junta, mas que não poderia ignorar a existência do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo firmado pelas três partes, e da empreitada já ter sido visada pelo Tribunal de Contas. -----

---

Referiu que não partilhava da opinião de que a CML fosse pagar a obra duas vezes. -

Relativamente aos pagamentos adiantados e à obrigatoriedade de os fregueses se associarem ao Clube para usufruírem da Piscina partilhava da opinião do Membro do BE, tendo essa questão sido uma das objeções colocadas pela Junta inicialmente à CML. Indicou ainda que por vontade da Junta as inscrições não tinham sido abertas na data em que foram abertas. -----

Indicou que, independentemente do que pudesse, no futuro, acontecer, desejava que a CML tomasse conta da empreitada e que terminasse a obra para que as pessoas pudessem usufruir da piscina. -----

O Membro do CDS/PP, **António de Lemos Manuel**, solicitou que a Moção fosse votada ponto por ponto. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, solicitou que a Saudação fosse votada ponto por ponto. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, indicou que a Saudação, apresentada pelo PCP, dizia respeito às datas especiais que estavam passar, o 25 de Abril e o 1º de Maio, de celebrar algumas das muitas conquistas e das muitas melhorias da qualidade de vida de todos os cidadãos trazidas pelos momentos em causa, e falar sobre os novos valores instaurados, sobre a Democracia, sobre a Constituição e sobre o Poder Local Democrático. Referiu que era neste âmbito que pretendiam celebrar as datas, tal como o que tinha sido feito na noite de 24 para 25 de abril na Praça Paiva Couceiro. -----

Relativamente à Moção, que focava um dos pilares democráticos das Conquistas de Abril, a instauração de um Poder Local Democrático, tendo a ver com a transferência de competências e atribuições às Juntas de Freguesia. -----

Relativamente à Piscina, reconheceu que era positivo que todas as Forças Políticas quisessem uma piscina para todos os habitantes da Freguesia, apesar de o processo ter sido malconduzido desde o início, resultado numa solução que nenhuma das três partes envolvidas no processo entende como sendo a ideal, e apelava, apesar de saber que a solução não estar nas mãos da Junta de Freguesia, para que fosse exigida a resolução do problema. -----

---

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Saudação, apresenta pelo PCP, cuja votação foi feita ponto por ponto.: -----

**“Saudação à Revolução de Abril de 1974 e ao 1º de Maio – Dia do Trabalhador”** -----

*Considerando que assinalamos este ano o 43º aniversário das Revoluções de Abril e do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;* -----

*Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;* -----

*Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;* -----

*Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;* -----

*Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz;* -----

*Considerando que o 1º de Maio de 1974 consagrou o apoio dos trabalhadores e do povo ao processo iniciado em 25 de Abril;* -----

*Considerando que as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores;* -----

*Considerando a necessidade premente de combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.* -----

*Os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida a 28 de abril de 2017, delibere:* -----

---

*1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses. -----*

*– Ponto aprovado por unanimidade -----*

*2. Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril na cidade de Lisboa, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. -----*

*– Ponto aprovado por Maioria: Votos a favor: PS, PCP, CDS/PP, BE e MAPES; Abstenção: PSD -----*

*3. Saudar o 1º de Maio e as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego, contra a precariedade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes – direitos consagrados na Constituição de Abril; -----*

*– Ponto aprovado por Unanimidade -----*

*4. Enviar esta Moção para: -----  
Associação Conquistas da Revolução, Associação 25 de Abril, CGTP, UGT, STAL, STML” -----*

*– Ponto aprovado por Maioria: Votos a favor: PS, PCP, BE e MAPES; Votos contra: PSD; Abstenção: CDS/PP -----*

*A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Moção apresentada pelo PCP, cuja votação foi feita ponto por ponto. -----*

*– “Moção – Transferência de Competências -----*

*A descentralização administrativa, conforme a Constituição da República Portuguesa tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações a níveis nacional, regional e local. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. -----*

---

*A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----*

*A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. -----*

*A inexistência de autarquias de nível intermédio - as regiões administrativas - que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. -----*

*Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. -----*

*A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do*

---

volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

Os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 28 de abril de 2017, delibere: -----

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional. -----

– **Ponto aprovado por Unanimidade;** -----

2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, a defesa da autonomia dos municípios. -----

– **Ponto aprovado por Maioria: Votos a favor: PS, PCP, BE e MAPES; Abstenção: PSD e CDS/PP;** -----

3. Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios econômico, social e cultural; -----

– **Ponto aprovado por Maioria: Votos a favor: PS, PCP e BE; Votos contra: PSD e CDS/PP; Abstenção: MAPES;** -----

4. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----

– **Ponto aprovado por Maioria: Votos a favor: PS, PCP, CDS/PP e MAPES; Abstenção: PSD e BE;** -----

5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. -----

– **Ponto aprovado por maioria: Votos a favor: PS, PCP, CDS/PP e MAPES; Abstenção: PSD e BE;** -----

6. Dar conhecimento desta moção: -----

– **Presidente da República** -----

- 
- *Primeiro-Ministro* -----
  - *Grupo Parlamentares da Assembleia da República* -----
  - *Assembleia Metropolitana de Lisboa* -----
  - *Câmara Municipal de Lisboa* -----
  - *Assembleia Municipal de Lisboa* -----
  - *Associação Nacional de Municípios Portugueses* -----
  - ***Ponto aprovado por Unanimidade;*** -----

O Membro do PS, **Manuel Lage**, tomou da palavra para fazer a seguinte declaração de voto, relativamente à Moção: “*O Partido Socialista votou favoravelmente em todos os pontos desta moção sem prejuízo de que o que foi votado favoravelmente não seja interpretado como uma contrariedade face ao que tem sido a posição do Governo Português, liderado pelo Partido Socialista, sobre a posição claramente assumida e mantida acerca da regionalização, de que não é assunto para esta legislatura, sobre a transferência de competências para as Autarquias, o que tem vindo a ser feito e deve continuar a ser feito, e naturalmente devem ser dotadas sem que seja dado um passo atrás nesta dotação de competências às Autarquias, e não deve deixar de ser cumprida a Lei do Financiamento das Autarquias; não deve haver um passo atrás naquilo que é a autonomia do Poder Local em matéria financeira, devendo ser dadas cada vez mais competências e autonomia ao Poder Local, e devem continuar a ser mantidos sob a alçada do poder público, e das entidades públicas, as empresas públicas e os poderes públicos que permitem, naturalmente, o desenvolvimento estrutural e, nesse sentido, o Governo tem vindo – sendo esse o entendimento e daí o voto favorável do Partido Socialista – a assegurar essa matéria, nomeadamente no caso da Carris, tendo, inclusivamente, com a municipalização da Carris, o impedimento da privatização da Carris, o impedimento e a reversão da privatização da TAP, garantindo que a mesma continuasse a ser uma empresa nacional, sendo esta a justificação do voto favorável do Partido Socialista e, naturalmente, naquilo a que tem vindo a ser a posição adotada pelo Governo da República durante esta legislatura, e gostaríamos que a nossa Declaração de Voto fosse transcrita e pudesse acompanhar o envio da Moção às diversas entidades indicadas.*” -----

---

----- PUNTO NÚMERO QUATRO -----

– **Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de 16 de novembro a 31 de março e informação financeira de 1 de janeiro a 31 de março de 2017** -----

A Senhora Presidente da Junta, *Ana Sofia Dias*, dispensou a apresentação dos documentos e colocou-se à disposição para o esclarecimento de dúvidas. -----

O Membro do PCP, *Carlos Tibúrcio*, relativamente à desratização efetuada na Rua do Sol a Chelas, indicou que o PCP visitou o local e contactou com moradores e comerciantes da zona, que apresentaram diversas reclamações sobre a ineficácia da mesma, chegando as ratazanas a atacar os transeuntes durante a noite. Indicou que, na opinião do PCP, após a recolha de opiniões junto dos moradores, o foco principal de propagação se encontrava no edifício degradado no fim da Rua do Sol a Chelas. -----

Tendo o indicado em conta, solicitou a opinião e posição da Junta relativamente ao assunto, uma vez que o edifício em questão, segundo constava, era privado. -----

Relativamente à pintura de passadeiras, indicou que entre o final de dezembro e o início de janeiro, junto à passadeira entre a Rua Jacinto Nunes e a Praça Paiva Couceiro, devido à altura da tinta, tinha caído uma idosa com alguma gravidade. -----

Relembrou uma situação reportada em setembro de 2014, em todo idêntica, onde uma idosa tinha caído na Avenida General Roçadas, também devido à altura da passadeira, havendo muitos outros exemplos do mesmo, sem que tenha sido tratada. ----

O Membro do PSD, *Afonso Costa*, questionou sobre a situação da abertura do parque entre a Rua Heliodoro Salgado e a Rua da Penha de França. -----

Relativamente à situação da Piscina, lembrou que, aquando a votação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o PSD tinha alertado de que a Piscina iria dar um prejuízo enorme para a Junta, no sentido em que a Junta iria pagar a água, o gás e a eletricidade, não havendo qualquer controlo na gestão do equipamento, tendo poucos horários disponibilizados à Freguesia, e passando de piscina municipal a piscina de um Clube, cujo interesse era a formação dos seus atletas, sem haver qualquer benefício à população da Penha de França. Dada a informação anteriormente prestada, questionava quais as diligências tomadas pela Junta. -----

---

Solicitou, também, que fosse feito um ponto de situação relativo ao parque de estacionamento da Quinta de Santo António, junto à Rua Castelo Branco Saraiva. -----

Questionou sobre a data prevista da entrada da EMEL na Freguesia e se se irão manter as onze zonas previstas. -----

Solicitou esclarecimentos sobre a situação do chafariz do Largo da Penha de França, uma vez que o mesmo se encontrava tapado. -----

Relativamente ao POP Penha, questionou sobre o número de projetos implementados. -----

Questionou, também, no âmbito das obras da Praça Paiva Couceiro, quem promoveu a obra e qual a solução para a paragem do autocarro 706. -----

Congratulou-se, e à Junta, pela construção do Parque infantil, salientando apenas que deveria ser um pouco maior e ter mais equipamentos. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, alertou para a existência de um buraco na faixa de rodagem, na Rua Visconde de Juromenha, entre o nº5 e o nº7, tapado por viaturas, há já bastante tempo. -----

Relativamente à “geringonça” do IPenha, indicou que a aplicação funcionava bem, uma vez que era o dever cívico dos moradores alertar a Junta para os problemas, há semelhança do que o que era feito pelos Membros da Assembleia nas suas interpelações ao Executivo, e referiu que o Grupo dos Independentes tinha uma página no Facebook que servia para o mesmo efeito. -----

Relativamente à Piscina, desejou que o Executivo, e que a CML, não “metessem mais água”, uma vez que a Piscina era um bem de todos. Sugeriu fomentar o interesse pela natação junto das coletividades ainda existentes na Freguesia como meio de “concorrência” local ao Estrelas de São João de Brito. -----

Relativamente ao Projeto Penha Empreende, pelo qual congratulou o Executivo, solicitou a confirmação da contratação do Membro do CDS/PP, Bruno Futre, que se encontrava ausente, por uma verba anual de cerca de €8.113,00. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, solicitou, à semelhança de outra Força Política, informação sobre o estado de execução dos projetos aprovados no POP Penha.-

---

Relativamente à construção da creche e jardim de infância, um dos pontos do acordo de entendimento entre o BE e o PS, e que se encontrava levemente mencionado na Informação Escrita anterior, que estaria a ser estudada, mas que a poucos meses do final do mandato não via qualquer esforço da parte da Junta, solicitando um ponto de situação sobre a mesma. -----

Relativamente ao Transporte Solidário, questionou sobre a implementação da alteração do abrangimento do projeto, tendo em conta a falta de informação à população. -----

Questionou, também, em relação à integração de trabalhadores precários, tendo em conta a recente exclusão de vários grupos, qual era o grau de compromisso atual da Junta para a regularização das situações existentes. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, deu os seguintes esclarecimentos e respostas às questões colocadas: -----

Relativamente à desratização na Rua do Sol a Chelas, foi criada uma nova ocorrência para que seja efetuada uma nova desratização, pela CML, que é a entidade competente para o efeito, limitando-se a Junta a insistir junto da CML para que ocorra o mais brevemente possível às situações reportadas. Concordou com o que foi dito sobre o imóvel devoluto, indicando que nunca seria possível erradicar as ratazanas. Referiu que estava previsto, futuramente, que toda a extensão de terreno que compunha a segunda fase do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, que nunca chegou a existir, fosse objeto de urbanização, fazendo desaparecer os imóveis devolutos que lá existem. Indicou também que os proprietários privados, de difícil identificação, não tomam as devidas medidas de limpeza, não sofrendo quaisquer sanções sociais. -----

Relativamente às situações nas passadeiras, indicou que sempre que os serviços da Junta têm conhecimento sobre as ocorrências, é feita uma intervenção com o intuito de resolver as situações. -----

Relativamente ao parque de estacionamento da Rua Heliodoro Salgado, informou que o projeto estava incluído no projeto requalificação do estacionamento de toda a Rua Heliodoro Salgado – ainda em fase de projeto – e que constava do pacote de delegação de competências da CML, e que iria ser articulada a marcação dos lugares de

---

estacionamento para uma posterior entrada da EMEL, daí não haverem ainda sinais visíveis de intervenção. -----

Relativamente à Piscina, referiu apenas, uma vez que já tinha prestado os restantes esclarecimentos, que não iria haver um prejuízo financeiro para a junta na medida em que iria sempre haver uma transferência de recursos da parte da CML. Indicou que o que a preocupava era o prejuízo para as pessoas, que não podiam utilizar o equipamento, encontrando-se a defender os interesses da Junta, e não os interesses partidários, podendo assim, legitimamente, demonstrar a sua discordância com a solução achada, apesar de compreender as prioridades da CML. -----

Relativamente ao estacionamento da Quinta de Santo António, na Rua Castelo Branco Saraiva, informou que o que estava previsto e projetado para o espaço era um arranjo paisagístico, tendo a Junta decidido adicionar lugares de estacionamento ao jardim, ciente da falta de estacionamento na Freguesia, o que causou uma demora na empreitada. Indicou que faltava apenas a iluminação e a demarcação dos lugares de estacionamento, e que a empreitada iria retomar em breve. -----

Relativamente à questão da EMEL na Rua Cesário verde, indicou que o que estava previsto e acordado era uma intervenção até ao final do primeiro semestre de 2017. Deu conhecimento aos Membros da Assembleia de que a EMEL tinha informado que os moradores nas zonas contíguas às zonas tarifadas poderiam, a partir do decorrer da semana seguinte, solicitar os dísticos de estacionamento. -----

Relativamente às zonas tarifadas, a posição da Junta era a de experimentar as zonas pré-definidas, sem prejuízo de, no futuro, haver ajustes às mesmas. -----

Informou que o chafariz do Largo da Rua da Penha de França iria ser objeto de intervenção por parte da Junta, daí as baias delimitadoras colocadas no local. -----

Relativamente ao POP Penha, indicou que a Campanha de Higiene Urbana, uma das propostas vencedoras, iria ter inicio em maio, a sala Snoezelen, na Escola Patrício Prazeres, iria ser inaugurada em junho, encontrando-se os outros projetos ainda em planeamento. -----

---

Relativamente à paragem do autocarro, informou que a paragem da Av. General Roçadas se iria fundir com a paragem junto ao banco, na Praça Paiva Couceiro, uma vez que a mesma provocava alguns problemas de sinistralidade. -----

Relativamente à construção do Parque Infantil, informou que as dimensões do mesmo estavam ao abrigo da legislação em vigor, respeitando as distâncias das faixas de rodagem, sendo um projeto da inteira responsabilidade da CML. -----

Relativamente às ocorrências, vulgo “oco”, e mais concretamente sobre a Rua Visconde de Juromenha, indicou que a questão passava pela pavimentação, tendo ficado atrasada devido às questões de saneamento indicadas. Indicou que iria reunir com a diretora da DMPO, da CML, para definir a calendarização dessa intervenção, importantíssima para a Freguesia. -----

Relativamente à sugestão do MAPES, indicou que não existia na Freguesia nenhum Clube que desenvolvesse a atividade de natação, e a criação de um novo Clube de raiz era inviável. -----

Relativamente ao pedido de informações sobre o Penha Empreende, confirmava as afirmações proferidas. -----

Relativamente às questões sobre a Piscina colocadas pelo BE, informou que faria tudo o que estivesse ao seu alcance, considerando as limitações e o histórico existente, tendo-se, inclusivamente, mostrado disponível para fosse a Junta a assumir a gestão da obra, via Delegação de Competência, caso a CML assim o entendesse, sendo isso, no entanto, um processo muito mais moroso do que sendo a CML a assumi-la, mesmo carecendo ainda do aval do Tribunal de Contas. -----

Relativamente à construção da Creche/Jardim de Infância, indicou que, por um lado, havia no projeto da EMEL, para o local agora chamado de “*Caracol da Penha*”, a previsão de construção de um equipamento social, uma creche, com base num pedido da Junta de Freguesia, em cumprimento do Acordo. Por outro já tinham havido diversas reuniões com o Vereador João Afonso e com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, estando a SCML disponível para gerir equipamentos desde que sejam encontrados imóveis onde se possam desenvolver ou criar esse tipo de estabelecimentos, o que tem sido difícil. Informou que já tinha explorado a ideia de utilizar o espaço construído e

---

concebido para o efeito nas instalações da Igreja de São Francisco de Assis, mas até à data ainda não tinha recebido a autorização para a utilização por parte da paróquia, tendo, inclusive, reunido com o Senhor Cardeal Patriarca para solicitar a sua intervenção, uma vez que não existiam grandes alternativas que pudessem servir o fim pretendido. -----

Relativamente ao Transporte Solidário, indicou que aquando da alteração do Regulamento, o seu âmbito foi alargado, ficando a Junta imediatamente habilitada a aumentar o número de utilizadores o que, efetivamente, tinha acontecido. Informou que desde que a lotação não estivesse completa, o transporte era feito desde que estivesse comprovada a sua necessidade. -----

Relativamente à integração de trabalhadores precários, indicou que tinha sido pedido à DGAL um levantamento, até 31 de outubro, de todos os trabalhadores em situação precária para posterior integração dos mesmos, solução que achava ser a melhor para todos. Se tal não se verificasse, teriam de ser abertos concursos. Na sua ótica, uma abertura de concursos em final de mandato iria consumir demasiados recursos e poderia ser visto como medida meramente eleitoralista, achado ser mais correto abri-los num início de mandato. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, recordou o já extinto clube Estrelas da Avenida, com grande relevância na primeira liga de basquetebol, e sediado na Avenida General Roçadas. Recordou também o Grupo Desportivo da Penha, também de alguma relevância no atletismo. Indicou que estes dois exemplos comprovavam que era possível o aparecimento, ou criação, de um clube que se viesse a tornar um marco na natação, desde que houvesse vontade popular e disponibilidade da Junta. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, referiu as questões logísticas do último ato eleitoral na Escola Nuno Gonçalves, e que apesar de bem-intencionadas as melhorias introduzidas não tinham surtido grande efeito. Demonstrou a disponibilidade do PCP para, em conjunto com a Junta, estudar soluções para evitar futuras questões. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, informou que as situações ocorridas na Escola se deviam às decisões dos técnicos de mobilidade da CML. Indicou que, com base na experiência prévia, o intuito tinha sido garantir uma entrada junto a um portão

---

com condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida e com carro. Uma vez que nunca ninguém se tinha deslocado de carro, nunca tinha sido necessária a abertura do portão. Após o ato eleitoral, foram estudadas alternativas. A Junta de Freguesia manifestou as suas preocupações à CML e houve quem tenha dirigido reclamações à CNE, acabando a própria CNE por criticar o plano de acessibilidade pedonal que, na prática, não resultou. Após diversas reuniões com a diretora do Agrupamento, com o intuito de ultrapassar os obstáculos existente, foi decidida a colocação de uma rampa que minimizará os problemas de acessos de pessoas com mobilidade reduzida, sem que sejam necessárias mais alterações. Indicou que a colocação da rampa estava agendada para o período das férias escolares, no verão. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, questionou se a rampa era permanente ou temporária. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, indicou que iria indagar, uma vez que tinham sido estudadas várias hipóteses, mas achava a questão pertinente. -----

#### ----- PONTO NÚMERO CINCO -----

– **Proposta nº11/2017 – Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, e prestação de contas do ano de 2016** -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, indicou que, cumprindo os requisitos legais, era colocado à apreciação dos Membros da Assembleia o Inventário e Património. -----

Relativamente à rampa da Escola Nuno Gonçalves, informou o Membro do PCP de que a mesma era permanente. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que a proposta nº11/2017 também continha a prestação de contas de 2016, pelo que aguardava pela apresentação da mesma. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, salientou que a Execução Orçamental tinha superado as previsões iniciais, tendo-se fixado em 101%, devido ao aumento da receita, derivada de uma melhoria da fiscalização e das licenças dos toldos e de afixação de publicidade, anterior competência da CML. -----

---

Relativamente à despesa, indicou que a Execução se situava nos 79%, salientando a transferência de €50.000,00 para os Bombeiros Voluntários do Beato, que iria inaugurar as suas novas instalações na Freguesia, na Rua Gualdim Pais, e que também iria alterar a sua designação para incluir “Penha de França”. Nesse sentido o Executivo tinha achado ser um investimento útil o apoio à Corporação de Bombeiros. -----

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, a execução orçamental situava-se nos 46%, havendo itens com uma execução de 100%, nomeadamente as obras nas instalações, a aquisição de veículos, a intervenção nos espaços verdes, a aquisição da varredoura, as empreitadas na Avenida Coronel Eduardo Galhardo e na Rua Barão de Sabrosa, a aquisição de software e equipamento informático e a aquisição de dois glutões. -----

Referiu que eram aquelas as notas que gostaria de dar, sem prejuízo de se encontrar à disposição para responder a qualquer questão. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que na Prestação de Contas estava indicado um saldo de gerência anterior no valor de €1.556.466,01 passando para o ano de 2017 com um Saldo de Gerência no valor de €1.183.119,04, sendo negativo o resultado líquido do exercício, tendo sido aprovado o Orçamento com os votos contra do PSD, uma vez que tinha já um Saldo de Gerência transitado para o Orçamento de 2017, alegando os técnicos que essa verba serviria para as empreitadas que se iriam iniciar logo de seguida. Tendo isto em conta, indicou que o próximo orçamento iria demonstrar um valor de cerca de €700.000,00 a menos do que o apresentado, o que significava que existiam gastos elevados em toda a orgânica da Junta e estavam com um orçamento falsamente empolado, uma vez que as prestações de contas, apesar de tecnicamente poderem estar corretas, politicamente mereciam grandes reservas. -----

Indicou que a trajetória que via nos orçamentos da Junta ia na direção do alerta que tinha dado há algum tempo, onde numa primeira fase do mandato foi feita uma poupança, e no momento encontravam-se numa fase de gasto. -----

Indicou que o PSD iria abster na votação da Prestação de Contas, uma vez que não se encontravam confortáveis com o documento apresentado. -----

Questionou a mesa se a votação dos documentos iria ser feita em separado. -----

---

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que apenas a Prestação de Contas de 2016 era votada, sendo que os restantes documentos eram meramente apreciados. -----

O Membro do PSD, **Afonso Costa**, indicou que sendo esse o caso, os documentos deveriam ter sido apresentados em Pontos diferentes da Ordem de Trabalhos. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que tinha sido informada, aquando da elaboração da Ordem de Trabalhos, de que juridicamente tinha se ser apresentada daquela forma, encontrando-se correta. -----

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, indicou que na Informação Escrita não constava qualquer informação sobre os Bombeiros Voluntários do Beato. Questionou se vinha refletida na Prestação de Contas. Solicitou a indicação de qual era a Rúbrica e de quanto tinha sido o montante e qual a fundamentação. -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, informou que as contas da Junta de Freguesia da Penha de França não só estavam corretas como eram saudáveis, tendo sido, no entanto, necessário o investimento de verbas para a compra de equipamentos, na sequência da Reforma Administrativa. Indicou que as Juntas de Freguesia não podiam, nem deviam acumular Saldos de Gerência, colocando a própria Reforma Administrativa desafios à gestão das Juntas de Freguesia de Lisboa, o que não se refletia na Prestação de Contas de 2016. Informou que aquando a Reforma Administrativa, e subsequente transferência de equipamentos, muitos desses equipamentos tinham vindo degradados, tendo sido necessário o investimento de verbas para a compra e manutenção dos mesmos, algo que estava refletido na Prestação. -----

Indicou, também, que não reconhecia o empolamento do Orçamento devido às verbas dos Protocolos de Delegação de Competências, não havendo outra forma contabilística de as fazer refletir no Orçamento. -----

Relativamente à questão dos Bombeiros, indagou se o Membro do MAPES tinha questionado a decisão política de apoio à construção do quartel, ou se tinha questionado o tratamento contabilístico desse facto. -----

Informou que a Junta tinha decidido apoiar os Bombeiros não só porque dessa forma a Freguesia ia passar a ter uma corporação de bombeiros sediada na Freguesia, alterando

---

a sua respetiva designação, tal como já tinha sido dito, para incluir o nome “Penha de França”, mas também devido à já existente, e extensa, colaboração entre a Junta e os Bombeiros. -----

O Membro do PSD, *Afonso Costa*, indicou que, contabilisticamente, não colocava em causa a Prestação de Contas, achando-a até clara. Referiu que o que tinha indicado tinha a ver com a questão de as obras visadas não terem tido o seu início no ano transato, mas sim no corrente, devendo essa verba encontrar-se cativa, tal como constante no Orçamento que tinha sido aprovado, um Orçamento com a inclusão de uma previsão de um Saldo de Gerência, que incluía a verba cativa para as empreitadas que se iniciaram no presente ano, não podendo ser essas verbas referentes ao ano transato, daí ter indicado que essa mesma verba não se encontrava refletida na Prestação de Contas. -

Relembrou que grande parte das antigas Delegações de Competências passaram a ser, com a Lei nº56/2012, a competências próprias da Junta, sem ter de ser negociadas e renegociadas no início de cada mandato, com a exceção da Higiene Urbana e do Licenciamento, e cujas verbas vinham diretamente do Estado Central. -----

Alertou que, apesar de contabilisticamente os números poderem estar corretos, numa análise mais apertada indicavam uma trajetória preocupante, deixando o PSD desconfortável e deixando, politicamente, muitas reservas. -----

O membro do MAPES, *Luís Matias*, agradeceu a resposta da Senhora Presidente da Junta à sua questão e mostrou a sua satisfação pela deslocação dos Bombeiros para a Freguesia, mas indicou que a questão sobre o montante tinha ficado por responder. -----

Relativamente aos PDC, questionou se o total dos montantes envolvidos não eram cerca de €500.000,00. -----

A Senhora Presidente da Junta, *Ana Sofia Dias*, informou que o apoio aos Bombeiros tinha sido de €50.000,00, encontrando-se refletidos na rubrica 08.07.01, da Orgânica 01. -----

Relativamente aos PDC, indicou que o valor total tinha sido €841.000,00. -----

– **Prestação de Contas de 2016** -----

– **Aprovada por Maioria – Votos a favor: PS e BE; Votos contra: MAPES;**

**Abstenção: PSD, PCP e CDS/PP;** -----

---

O Membro do MAPES, **Luís Matias**, indicou, como Declaração de Voto, que o MAPES tinha votado contra a Prestação de Contas por uma questão de coerência ao longo do mandato e porque, no entendimento e nas contas do MAPES, a Prestação de Contas não refletia, na sua essência, o valor correto da despesa com o Pessoal. -----

----- **PONTO NÚMERO SEIS** -----

– **Proposta nº12/2017 - 1ª Revisão ao Orçamento e às Opções do Plano para 2017**

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, indicou que, na sequência da Prestação de Contas de 2016, e com a existência de um saldo final, a disponibilidade financeira refletia-se na Revisão ao Orçamento e às Opções do Plano para 2017. -----

– **Aprovada por Maioria – Votos a favor: PS e BE; Abstenção: PSD, PCP, CDS/PP e MAPES;** -----

----- **PONTO NÚMERO SETE** -----

– **Proposta nº14/2016 – Protocolo de Colaboração entre a Freguesia da Penha de França e a Sociedade Portuguesa para a Educação Humanitária** -----

A Senhora Presidente da Junta, **Ana Sofia Dias**, apresentou o Protocolo indicando que a entidade em questão era parceira da CLBEA e que se dedicava a ações de divulgação, educação e sensibilização para a sã convivência entre pessoas, animais e meio-ambiente, e que tinham um projeto com o Instituto Jane Goodall, uma célebre primatologista. Explicou que o presente Protocolo não tinha quaisquer encargos financeiros e que visava levar às escolas da Freguesia ações de sensibilização e de educação para a sã convivência entre pessoas, animais e meio-ambiente. -----

O Membro do BE, **Hugo Evangelista**, congratulou o Executivo pela celebração do Protocolo e indicou o seu conhecimento do projeto *Roots & Shoots*, um projeto já com vários anos e que promovia a cidadania e a envolvimento das pessoas nas suas comunidades no âmbito do respeito pelas pessoas, pelos animais e pelo ambiente. -----

Informou que em Benfica iria realizar-se um workshop sobre a implementação do referido programa. -----

– **Aprovado por unanimidade** -----

---

**PONTO NÚMERO OITO**

---

**– Proposta nº16/2017 – Protocolo de Colaboração entre a Freguesia da Penha de França e a ARRLx – Associação de Radioamadores da Região de Lisboa**

A Senhora Presidente da Junta, Ana Sofia Dias, indicou que na sequência das ações de formação da Proteção Civil e do dispositivo da Freguesia tinha sido travado conhecimento com a presente Associação e que a mesma tinha vindo a colaborar ativamente com a Junta em vários eventos, e que do ponto de vista das redundâncias da comunicação era uma coisa que valia em vários pontos de vista. Nesse sentido o Executivo tinha decidido formalizar a colaboração com a Associação, balizando o apoio financeiro apenas ao ano de 2017, sem prejuízo de uma futura renovação, manutenção ou alteração ao mesmo no próximo mandato, deixando essa decisão ao próximo Executivo.

***– Aprovada por unanimidade***

Presidente da Mesa da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Reunião pelas vinte e três horas e trinta e oito minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia.

---

O Funcionário



Alexandre Ribeiro

A Presidente da Mesa da Assembleia



Maria Luísa Vicente Mendes

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia em exercício



João Carlos Ventura Ramos